



## A especial coerência de Hannah Arendt

*Passados cem anos sobre o seu nascimento, Hannah Arendt conquista um crescente universo de leitores e estudiosos. Na sua obra vasta e influente, lança um olhar profundo e original sobre questões que acompanham a história da humanidade.*

**H**annah Arendt (1906-1975), cujo primeiro centenário do nascimento ocorreu a 14 de Outubro de 2006, tem uma obra vasta e influente. Estamos diante de uma pioneira na análise do “totalitarismo”, fenómeno que vai regressando ao mundo histórico com novas e terríveis roupagens. Não se tratou, no entanto, de apenas analisar ou compreender a tirania, há muito conhecida da humanidade, mas de ir ao encontro de uma realidade nova que trouxe ao século XX a presença da barbárie que poucos suspeitavam pudesse ser possível. E hoje um certo esquecimento e a indiferença parecem conduzir-nos à perda de memória sobre as “origens do totalitarismo”, com as consequências dramáticas que vivemos há meio século... (Cf. *The Origins of Totalitarianism*, Harcour, 1951; *La Nature du Totalitarisme*, Payot, 1990).

Mas como prevenir as soluções assentes em “leis da Natureza e da História” que não se preocupam com a sua tradução em normas do bem e do mal para uso dos indivíduos e das pessoas? No fundo, urge compreender as consequências funestas das concepções *transpersonalistas* que fundam ideologias que justificam “a eliminação dos indivíduos em benefício do processo e do progresso triunfantes da espécie”. Trata-se de entender a dualidade entre a lei, que é a essência de um governo constitucional ou republicano, e o terror, que constitui a base do governo totalitário. Hannah Arendt parte de Santo Agostinho: “o homem foi criado para que houvesse um começo”. E esse começo exige uma permanente consciência da liberdade através da lei e do direito, contra o terror e a arbitrariedade, para os quais as pessoas deixam de valer por si e são levadas a ser vistas e a ver-se como um só, sob a sombra

avassaladora de um processo total. E o medo torna-se princípio de acção, como já referia Montesquieu.

A pensadora alemã teve, no entanto, especiais cautelas na caracterização do totalitarismo. Não o confundiu com as ditaduras de partido único (de Lenine e Mussolini), mas ligou-o às experiências alemã (depois de 1938) e russa desde os anos trinta. Havia então organizações que instrumentalizavam os indivíduos a objectivos comuns de purificação e de perfeição, com sacrifício completo da autonomia e da liberdade. Mas Hannah Arendt não deixava de referir ainda as simpatias dos filósofos em relação às tiranias – “que se explicam por razões múltiplas e variadas, sendo a principal a que se liga ao facto de o tirano ser susceptível de oferecer uma margem inabitual de liberdade e de falta de perturbação aos filósofos”, e dá o exemplo de Spinoza e de Nietzsche.

Verifica-se, deste modo, uma proximidade entre tiranos e filósofos (desde Platão, pelo menos), designadamente no tocante à solidão e ao isolamento, que determina uma dependência doentia, de natureza parasitária do poder. Eis por que razão Arendt invoca insistentemente a afirmação de Santo Agostinho sobre a pessoa como começo (“*Initium ergo ut esset, creatus est homo*”) – trata-se de valorizar a capacidade de compreender que a sucessão de gerações é “a garantia de uma história que nunca saberia ter fim porque é uma história de seres que têm por essência o começo”. Contra as sociedades terminais supostamente perfeitas, há que valorizar a liberdade, o pluralismo, as diferenças, as imperfeições, os avanços e os recuos, próprios da humanidade. Salomão preferia, por isso, falar de um “coração inteligente”, capaz de compreender os limites, a imperfeição e a compaixão. Daí a importância da actividade de compreender e da imaginação, em lugar da fantasia. E imaginação significava para Hannah Arendt a capacidade de entender – as diferenças, a autonomia, a liberdade e a imperfeição. Talvez a melhor forma de nos precavermos contra a “banalização do mal” (Cf. *Eichman in Jerusalem – A Report on the Banality of Evil*, Viking, 1963) ...

**H**omens em *Tempos Sombrios* de Hannah Arendt (Relógio d'Água, 1991) é um repositório de interrogações sobre o pluralismo e a singularidade da sociedade humana. A tomada de consciência dos “tempos sombrios” corresponde ao terrível século XX, no qual a barbárie tomou o lugar da civilização anunciada. E é Bertold Brecht quem deve ser invocado, designadamente, no poema “Aos que virão a nascer”, quando fala de “desordem e de fome, dos massacres e dos assassinos, da revolta contra a injustiça e do desespero” de “quando havia injustiça e não revolta”..

Os tempos sombrios são, afinal, os tempos de uma humanidade real, que tomou a consciência viva de que o mal poderia tornar-se banal, quando antes preferira acreditar em alguns sinais que pareciam anunciar auras de esperança. “Mas até nos tempos mais sombrios, temos direito de esperar ver alguma luz, e é bem possível que essa luz não venha tanto das teorias e dos conceitos como da chama incerta, vacilante, e muitas vezes tênue, que alguns homens e mulheres conseguem alimentar em quase todas as circunstâncias e projectar em todo o tempo que lhes foi dado viver neste mundo...”. Hannah Arendt procurou que “olhos tão acostumados às trevas como os nossos” pudessem descobrir pessoas que souberam orientar-se por uma luz de esperança.

Sobre Lessing deparamo-nos com a interrogação essencial sobre a amizade (philia), não apenas como “ausência de facções e guerras civis”, mas como diálogo e como respeito mútuo. “Só falando daquilo que se passa no mundo e em nós próprios é que o humanizamos, e ao falarmos disso aprendemos a ser humanos”. Por um momento, voltamos a ouvir Kafka: “É difícil dizer a verdade, pois embora só haja uma verdade, ela está viva e portanto tem um rosto vivo e mutável”. Por isso, é Lessing quem resume o pensamento fundamental de Arendt, que tantas perplexidades e dúvidas causou: “Que cada homem diga o que considera verdade, e deixe ao cuidado de Deus a verdade em si!”. Trata-se, aliás, da mesma humanidade e do mesmo desprezo pela arrogância dos perfeccionistas que também encontramos em Waldemar Gurian.

Já sobre Rosa Luxemburgo, mulher lúcida e voluntariosa, Arendt põe-nos diante da perversidade da herança bolchevique: “na verdade acreditava tão pouco na tomada do poder a qualquer preço que ‘temia muito mais uma revolução deformada do que uma revolução falhada’ – e era esta, efectivamente, ‘a grande diferença’ entre ela e os bolcheviques”. Temos, aliás, aqui uma premonição que só poucos viram com olhos de ver. E H. Arendt é claríssima, designadamente sobre Brecht, na demonstração das contradições entre pensamento e acção e na tensão permanente entre preconceitos ideológicos e vida.

Inesperadamente, deparamos ainda com o retrato de um cristão no trono de Pedro. João XXIII ousou ser simples, ser desconhecido e pouco estimado, o que o poupou a ansiedades e extenuantes perplexidades, a partir da força de ousar ser simples, sem se levar muito a sério, estando sempre disponível para ouvir. Também Karl Jaspers, cidadão do mundo, nos ensinou a ver no múltiplo uma “Unidade que a diversidade ao mesmo tempo oculta e revela”. E assim “a nova e frágil unidade derivada do domínio técnico sobre a Terra só pode ser garantida num quadro de acordos

mútuos e universais, que acabariam por dar origem a uma estrutura federada de âmbito mundial”...

Mas importa ainda pôr em especial destaque Hermann Broch, que se preocupa com a “desintegração do mundo ou a dissolução dos valores”; fruto da secularização extrema, e reclama um “padrão ético” como forma de contrariar que “todas as áreas de valor se transformem, de um momento para o outro, em áreas de não-valor, todo o bem em mal”. No fundo, o “padrão absoluto e absolutamente transcendente” para ser “absoluto ético” tem de transferir valor à vida humana nos seus diversos aspectos. Estamos diante de um “imperativo ético” que Broch faz evoluir de uma dimensão espiritual para uma perspectiva vital e histórica. “A missão era o imperativo ético, e tarefa que não se podia iludir era o pedido de so-

corro dos homens”; que a literatura ou o conhecimento, por si sós, não resolviam. Do mesmo modo, para Walter Benjamin, qual pescador de pérolas, haveria a convicção de que “embora tudo quanto vive esteja sujeito à destruição do tempo, o processo de corrupção é ao mesmo tempo processo de cristalização”. A vida, dir-se-ia que se vai transformando em “insólitos tesouros”...

Como disse Olivier Mongin, num dossiê fundamental da revista “Esprit” de Junho de 1980: “Arendt mostra bem que a história não se muda com golpes de martelos especulativos, ou com golpes de boas teorias, e que não basta dispor de instrumentos de análise e de compreensão mais pertinentes que outros. Uma compreensão não tem sentido com efeito se não se ancorar no que Arendt designa como pré-compreensão comum”...

POR MIGUEL MORGADO \*

## A Política e as Promessas

Em 2005, Jerome Kohn resolveu antecipar as comemorações do centenário do nascimento de Hannah Arendt, publicando um conjunto de ensaios da pensadora política alemã, e que reúne alguns textos inéditos. Como em qualquer outro livro de Arendt, o leitor de *The Promise of Politics* é agradavelmente surpreendido pelo alcance da reflexão, pela erudição e pela multiplicidade de perspectivas que são articuladas em torno de questões fundamentais.

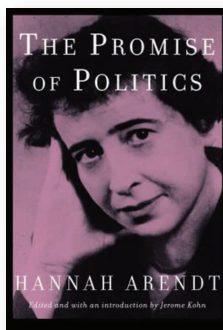
*The Promise of Politics* não é um livro de introdução ao pensamento de Arendt; não é, pois, o livro mais adequado para quem inicia o seu contacto com a autora. Mas tal como sucede com *Responsibility and Judgment* — uma outra colectânea de textos também editada e publicada por Jerome Kohn em 2003 —, até o leitor menos familiarizado poderá lê-lo com proveito.

Não se pode dizer que quem está bastante versado no pensamento de Arendt descobrirá novos elementos da sua teoria política. Porém, em vários destes ensaios, Arendt complementa com maior detalhe alguns temas cruciais presentes em *The Origins of Totalitarianism*, *Between Past and Future* ou na obra inacabada *The Life of the Mind*. Arendt retorna ao apuramento do seu conceito de acção, o que vale por dizer ao seu teatral conceito do político, no importantíssimo texto intitulado “*Introduction into Politics*”; regressa também à relação entre pensamento

e julgamento a partir do exemplo de Sócrates; e retoma a sua perspectiva crítica daquilo que denomina a “tradição do pensamento político” ou aquilo a que com algum exagero se pode traduzir por “história do esquecimento das promessas da política” — “quando os filósofos começaram a se preocupar de um modo sistemático com a política, esta tornou-se imediatamente para eles num mal necessário” e “o que é notável em todos os grandes pensadores é a diferença de estatuto entre as suas filosofias políticas e o resto das suas obras”. Já o texto sobre Hegel e Marx corresponde a uma tentativa antiga de determinar a posição exacta do autor de *O Capital* na “tradição do pensamento político” e de considerar os elementos totalitários da sua filosofia, o que tinha ficado por esclarecer no livro sobre o totalitarismo.

Por outro lado, não deixa de ser notável a atenção dispensada a Montesquieu (em “*Montesquieu’s Revision of the Tradition*”), autor que Arendt muito admirava e que a inspirou ao longo de toda a sua vida. Foi de Montesquieu que Arendt retirou o importante conceito de “princípio de acção”; e que afina a teoria arendtiana da liberdade; é ainda sua a contribuição decisiva para a reflexão em torno da dissolução da “trindade romana” — autoridade, tradição religião — levada a cabo nos tempos modernos, assim como é o exame das formas de governo exposto em *Do Espírito das Leis* que permite a Arendt chegar a uma distinção clara entre “medo” (despótico) e “terror” (totalitário).

Arendt conquistou um universo de leitores e estudiosos que parece crescer com o passar dos anos e



**Hannah Arendt**  
***The Promise of Politics***  
**Jerome Kohn (ed.)**

Nova Iorque,  
Schocken Books,  
2005 | 218 pp.